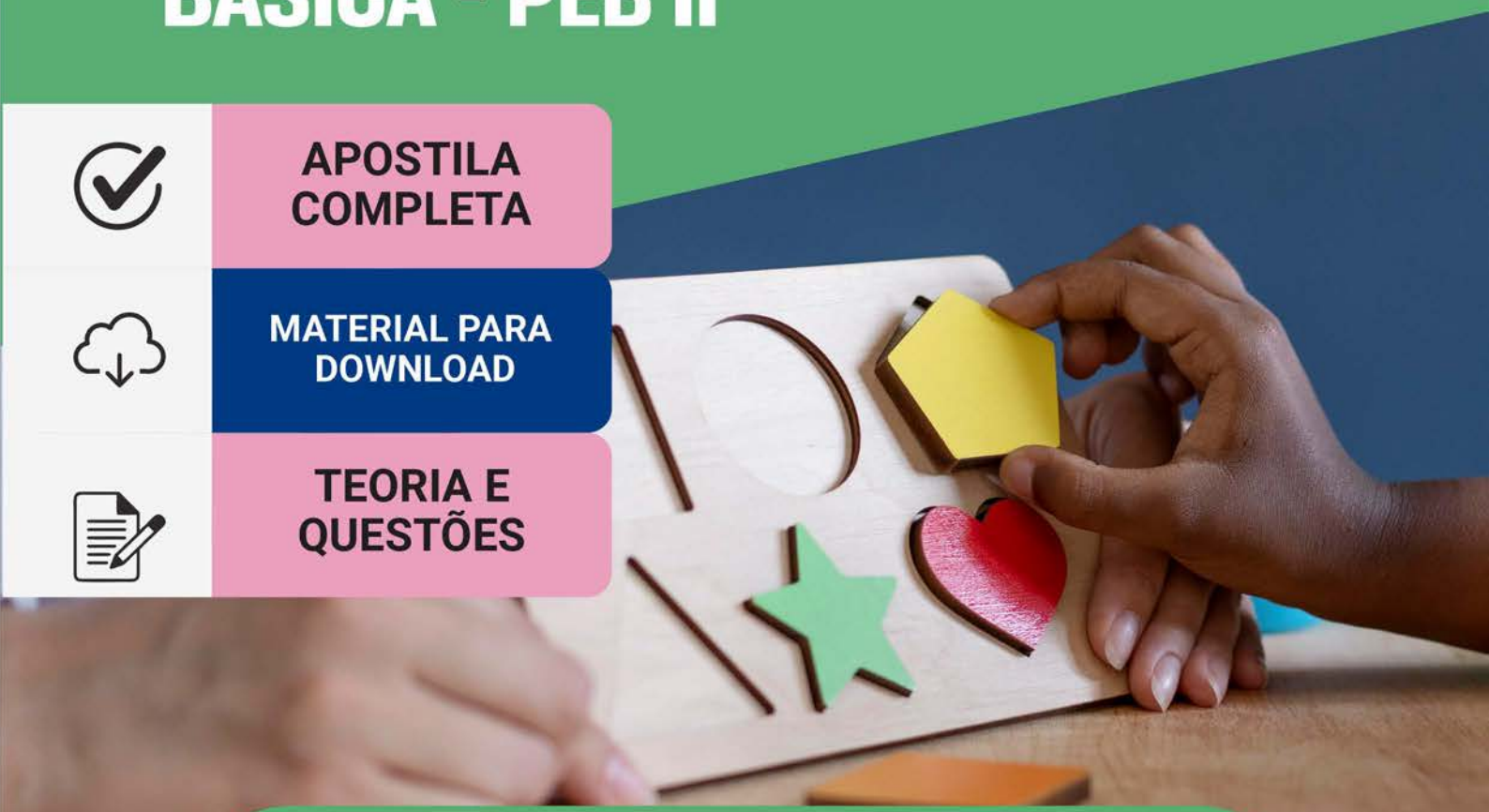
Maxi educa

SANTA LUZIA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - MINAS GERAIS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PEB II

- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES



EDITAL 01/2026

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

Prefeitura de Santa Luzia - MG

Professor de Educação Básica - PEB II

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de texto(s) dos tipos: descritivo, narrativo, dissertativo e de diferentes gêneros, por exemplo, poemas, texto jornalísticos, propagandas, charges, cartuns, tirinhas, gráficos, entre outros **1**

Significação das palavras: sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, polissemia, sentido próprio (denotação) e sentido figurado (conotação) **13**

Fonologia: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos **17**

Divisão silábica **20**

Acentuação tônica e gráfica (atualizada, conforme as regras do novo Acordo Ortográfico), sinais gráficos **23**

Ortografia (atualizada, conforme as regras do novo Acordo Ortográfico) **25**

Estrutura e formação de palavras **35**

Emprego dos sinais de pontuação **41**

Classes de palavras variáveis e invariáveis (identificação, flexão, função sintática, semântica e discursiva) **45**

Conjugação verbal: verbos – regulares, irregulares e auxiliares (ser, ter, haver, estar) – conjugação em todos os modos e tempos simples e compostos e formas nominais do verbo **56**

Sintaxe de concordância verbal e nominal **59**

Sintaxe de regência verbal e nominal **64**

Sintaxe de colocação pronominal **67**

Usos do sinal indicativo de crase: regra geral e casos especiais **69**

Figuras de linguagem **73**

Funções da linguagem **78**

Registro formal e registro informal **80**

Marcas de coloquialidade **84**

Variações linguísticas **88**

Questões **90**

Gabarito **103**

RACIOCÍNIO LÓGICO

Lógica sentencial (ou proposicional); proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações **1**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos; compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas; problemas de lógica e raciocínio 3
Problemas de contagem e noções de probabilidade 41
Falácias 43
Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão 49
Questões 51
Gabarito 58

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Processo de ensino-aprendizagem e organização do trabalho pedagógico 1
Tendências pedagógicas 6
Concepções contemporâneas da educação 9
Planejamento educacional e prática docente na perspectiva de uma escola crítica, democrática, inclusiva e participativa 14
Metodologias ativas e estratégias de ensino 18
Relação professor-aluno-conhecimento no contexto escolar 23
Avaliação da aprendizagem, avaliação diagnóstica, formativa e somativa 28
Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e desenvolvimento de projetos pedagógicos 30
Gestão da sala de aula e mediação de conflitos 35
Educação inclusiva, diversidade, equidade e acessibilidade no ambiente escolar 40
Educação especial na perspectiva da educação inclusiva 44
Práticas pedagógicas voltadas ao atendimento educacional especializado 53
Educação antirracista, diversidade cultural, direitos humanos e combate às discriminações no ambiente escolar 58
Uso de tecnologias educacionais, recursos digitais e ferramentas tecnológicas aplicadas ao ensino 62
Competências socioemocionais no processo educativo 67
Alfabetização e letramento 71
Currículo, competências e habilidade 76
Currículo Referência de Minas Gerais 81
Legislação educacional brasileira. Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações 81
Políticas públicas para educação especial e inclusiva 114
Diretrizes para educação especial na educação básica 118
Ética profissional, formação docente e compromisso social da educação 123
Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação 127
Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE) 133

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Resolução CNE/CP nº 02/2017, institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) . 155
Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente 165
Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 233
Leis Federais nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena 265
LEI Nº 3.477, DE 03 DE ABRIL DE 2014 que dispõe sobre a instituição e funcionamento dos conselhos escolares nas escolas da rede municipal de Santa Luzia 266
LEI COMPLEMENTAR Nº 4.911, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025 que institui o processo de consulta pública para a escolha de Diretores e Vice-Diretores das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Santa Luzia/MG 271
Questões 271
Gabarito 278

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação Infantil: concepções de infância e de criança 1
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) 4
A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se), campos de experiências e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por grupos etários; anos iniciais na BNCC – competências gerais, áreas de conhecimento e componentes curriculares 8
Interações e brincadeira como eixos estruturantes 46
Indissociabilidade entre cuidar e educar 52
Organização de tempos, espaços, materiais e rotinas 56
Acolhimento e inserção da criança 60
Observação, registro e documentação pedagógica ; avaliação na Educação Infantil sem objetivo de promoção (art. 31 da Lei nº 9.394/1996) 65
Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental 69
Desenvolvimento e aprendizagem: contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon 73
Ludicidade e jogo no processo educativo 82
Ensino Fundamental de nove anos: Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 7/2010) 87
Currículo Referência de Minas Gerais 99
Alfabetização e letramento: psicogênese da língua escrita (Emilia Ferreiro e Ana Teberosky), consciência fonológica, apropriação do sistema de escrita alfabética, métodos e práticas de alfabetização, leitura e produção de textos nos anos iniciais, literatura infantil e formação do leitor 99
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada 110
Língua Portuguesa nos anos iniciais: práticas de linguagem (leitura/escuta, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) 114

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Matemática nos anos iniciais: números e sistema de numeração decimal, operações e cálculo mental, álgebra, geometria, grandezas e medidas, probabilidade e estatística; resolução de problemas e uso de materiais manipuláveis; letramento matemático **118**

Ciências nos anos iniciais: matéria e energia, vida e evolução, Terra e Universo; investigação e alfabetização científica **123**

Geografia e História nos anos iniciais: o sujeito e seu lugar no mundo, noções de espaço e tempo, identidades, comunidade, memória e patrimônio **127**

Arte e Educação Física nos anos iniciais: linguagens artísticas, brincadeiras e jogos, cultura corporal de movimento **131**

Modalidades da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos (Diretrizes Operacionais e contribuições de Paulo Freire) **135**

Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (Política Nacional de 2008, Lei nº 13.146/2015) **145**

Atendimento Educacional Especializado – Resolução CNE/CEB nº 4/2009 ..... **145**

Educação do Campo **147**

Educação Escolar Indígena e Quilombola **153**

Educação das relações étnico-raciais (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008)..... **155**

Planejamento: sequências didáticas, projetos e interdisciplinaridade **156**

Avaliação diagnóstica, formativa e somativa..... **160**

Recuperação da aprendizagem **160**

Gestão da sala de aula..... **164**

Relação escola–família–comunidade..... **164**

Direitos da criança no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) **168**

QUESTÕES..... **168**

GABARITO **175**

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Arts 1º ao 5º ; art. 29 a 31 ; art 37 a 41 ..... **1**

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG Nº 1, DE 1º DE SETEMBRO DE 2000..... **17**

LEI Nº 1.474, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1991 que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis do município, das autarquias e das fundações públicas municipais..... **79**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.737, DE 27 DE JUNHO DE 2024 que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Santa Luzia/MG, o estímulo à formação profissional do servidor, sua contribuição ao processo de trabalho, revoga as leis que especifica, e dá outras providências **111**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.570, DE 30 DE MARÇO DE 2023 que dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Luzia e dá outras providências **133**

LEI COMPLEMENTAR 4.055, DE 08 DE MARÇO DE 2019 que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal de Santa Luzia **237**

QUESTÕES..... **246**

GABARITO **253**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Sistemas operacionais de computadores (windows): conceitos, características, ferramentas, configurações, acessórios e procedimentos **1**

Aplicativos de escritório (microsoft office): editor de texto, planilhas, apresentação de slides **12**

Internet (protocolos, computação em nuvem, equipamentos de conexão, intranet, extranet) e navegadores de internet..... **37**

Utilização e ferramentas de correio eletrônico (e-mail) e redes sociais **45**

Segurança e proteção de computador: conceitos, princípios básicos, ameaças, antivírus, vírus, firewall **51**

Questões **70**

Gabarito..... **77**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p* ^ *q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

A natureza da aprendizagem escolar

A aprendizagem escolar não pode ser compreendida como um fenômeno de simples absorção de informações transmitidas de um emissor a um receptor passivo. Trata-se de um processo complexo, no qual quem aprende reorganiza ativamente suas estruturas de pensamento a partir da interação com objetos de conhecimento, com outras pessoas e com situações concretas de uso do saber. Essa reorganização ocorre por meio de conflitos cognitivos: o sujeito confronta aquilo que já sabe com novas informações, experimenta desequilíbrios temporários e reconstrói seus esquemas de compreensão em patamares mais complexos. Por isso, aprender não equivale a memorizar enunciados prontos, mas a operar mentalmente sobre conteúdos até que eles se tornem instrumentos disponíveis para interpretar e agir sobre a realidade.

Aprendizagem como construção ativa de significados

Quando a aprendizagem é entendida como construção, o erro deixa de ser tratado apenas como falha a ser eliminada e passa a ser lido como indício do raciocínio em curso. Uma resposta incorreta frequentemente revela uma lógica interna coerente, ainda que incompleta, e o trabalho docente consiste em identificar essa lógica para propor situações que a desafiem produtivamente. A construção de significados também depende da relevância do conteúdo para quem aprende: conceitos apresentados sem conexão com experiências anteriores tendem a ser fixados de forma mecânica e esquecidos rapidamente, enquanto conteúdos ancorados em situações significativas se integram de modo mais estável às estruturas de conhecimento já existentes.

Dimensões cognitiva, afetiva e social da aprendizagem

A aprendizagem escolar articula, simultaneamente, dimensões cognitivas, afetivas e sociais. A dimensão cognitiva refere-se às operações mentais mobilizadas para compreender, comparar, classificar e generalizar. A dimensão afetiva diz respeito ao vínculo emocional estabelecido com o conteúdo, com o professor e com o grupo, vínculo que influencia diretamente a disposição para persistir diante de dificuldades. A dimensão social evidencia que o conhecimento se constitui nas trocas entre pares, nas negociações de sentido e nos conflitos argumentativos que emergem quando diferentes pontos de vista são colocados em discussão. Negligenciar qualquer uma dessas dimensões compromete a compreensão integral do processo, pois um aluno pode dominar operações cognitivas específicas e, ainda assim, não se engajar na aprendizagem por ausência de vínculo afetivo ou de pertencimento ao grupo.

A mediação pedagógica como eixo do ensino

Se a aprendizagem é um processo de construção, o ensino corresponde à mediação intencional e sistemática desse processo. Mediar significa interpor-se, de maneira planejada, entre o sujeito que aprende e o objeto de conhecimento, criando condições para que a construção ocorra de modo mais consistente do que ocorreria espontaneamente. A mediação pedagógica não se confunde com a simples exposição de conteúdos: ela envolve selecionar desafios adequados ao nível de desenvolvimento do grupo, oferecer apoios temporários que serão progressivamente retirados à medida que a autonomia aumenta, e organizar situações em que o erro possa ser revisitado sem punição.

O papel do mediador na zona de desenvolvimento

Existe uma distância entre aquilo que um estudante já realiza sozinho e aquilo que ele consegue realizar com apoio de alguém mais experiente ou de um grupo mais avançado. É justamente nesse intervalo que a intervenção pedagógica produz efeito mais significativo, pois incide sobre capacidades em formação, ainda não consolidadas. Propor tarefas excessivamente simples, já dominadas, não gera avanço; propor tarefas

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Específicos

Crianças e infâncias na sociedade brasileira: um percurso histórico

A concepção de infância presente na vida social da América portuguesa nos séculos XVI ao XVIII se dava por meio de uma multiplicidade de formas que eram características da diversidade de sujeitos e culturas presentes em nosso passado colonial. As mães nativas, pretas e brancas, tinham distintos modos de educar e dengar suas crianças, todas elas permeadas por sua cultura e pelas diferentes formas de conceber a infância e a educação das crianças, presentes em cada uma delas[1].

Entretanto, quando voltamos nosso olhar sobre as práticas sociais dominantes naquele contexto e como estas dialogavam com aspectos mais amplos da estrutura da sociedade colonial portuguesa, tais como a religiosidade e o patriarcalismo, torna-se possível apontar aspectos de como era concebido o lugar da infância e a educação das crianças no período colonial.

O conceito de criança neste contexto limitava o período da infância aos sete anos de idade. Do nascimento aos três anos de idade, os cuidados da criança ficavam a cargo da mãe ou da ama de leite, a depender da condição social da família, e dos quatro aos sete anos de idade, a criança acompanhava a vida dos adultos, sem que lhes fossem atribuídas grandes expectativas sociais. Após os sete anos, as meninas e os meninos pobres livres já começavam a participar das atividades produtivas de suas famílias e, nesse caso, poderiam ser instruídos nas primeiras letras, se o ofício assim o demandasse.

Historiadores, ao estudar o cotidiano das crianças livres, nos séculos XVI ao XVIII, destacam, entre outros aspectos, o que poderíamos chamar de um enquadramento religioso da infância, a partir de comportamentos que deveriam ser valorizados. Assim, a formação da criança estava permeada pelo discurso e pela prática religiosa com a preocupação de torná-la um adulto responsável, por meio do fornecimento de uma educação básica, preocupada com os rudimentos da leitura e da escrita e com as bases da doutrina cristã.

Apesar da forte presença dos jesuítas nas atividades de ensino durante a colonização, vale ressaltar que a preocupação com a educação das crianças, a depender da sua origem social, se estendia à atuação de mestres que ensinavam as primeiras letras aos meninos e de tutores que deveriam ensinar às meninas a costura e outras prendas domésticas, e aos meninos a ler, escrever e contar.

Além dos conteúdos valorizados para serem transmitidos ao longo da infância, com o objetivo de formar um adulto bom e cristão, o espaço das escolas existentes, a maior parte delas domésticas ou confessionais, assim como os ritos e os objetos que a compunham imprimiam ao corpo infantil experiências como as rezas, os ajoelhamentos e o benzimento com o sinal da cruz, todos eles tidos como rituais disciplinadores e protetores e como práticas esperadas dos mestres para afugentar os comportamentos desviantes.

A correção das crianças por meio dos castigos físicos era vista como forma de amor, pois se acreditava que a boa educação devia se dar por meio dos castigos e das tradicionais palmadas. A prática foi introduzida na colônia, em grande medida, por meio da educação jesuítica, sempre pronta para punir os comportamentos desviantes da criança e conduzi-la em direção à virtude.

Antes da chegada dos missionários, a prática por essas terras era desconhecida, uma vez que as crianças nativas não eram educadas por meio de castigos físicos. Após a saída dos jesuítas, a herança de tal prática na educação é estendida para as Aulas Régias, em que o uso da palmatória passa a ser o instrumento de correção utilizado pelos mestres para punir os comportamentos infantis tidos como desviantes.

Por outro lado, as festas, músicas e brincadeiras, também estavam presentes no cotidiano da educação jesuítica. Alguns jogos, brinquedos e instrumentos musicais trazidos da Europa eram utilizados na educação das crianças, sobretudo as nativas que demonstravam especial interesse pela música e pelos instrumentos.

1 *ALVES, Kelly Ludkiewicz; e RIBEIRO, Silvanne. REFLEXÕES SOBRE CONCEPÇÕES DE CRIANÇAS E INFÂNCIAS, E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMO REDUTO E RESISTÊNCIA DAS INFÂNCIAS. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.32.*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Windows 10

Lançado em 2015, o Windows 10 chega ao mercado com a proposta ousada de juntar todos os produtos da Microsoft em uma única plataforma. Além de desktops e notebooks, essa nova versão equipará smartphones, tablets, sistemas embarcados, o console Xbox One e produtos exclusivos, como o Surface Hub e os óculos de realidade aumentada HoloLens[1].

Versões do Windows 10

- **Windows 10 Home:** edição do sistema operacional voltada para os consumidores domésticos que utilizam PCs (desktop e notebook), tablets e os dispositivos "2 em 1".
- **Windows 10 Pro:** o Windows 10 Pro também é voltado para PCs (desktop e notebook), tablets e dispositivos "2 em 1", mas traz algumas funcionalidades extras em relação ao Windows 10 Home, os quais fazem com que essa edição seja ideal para uso em pequenas empresas, apresentando recursos para segurança digital, suporte remoto, produtividade e uso de sistemas baseados na nuvem.
- **Windows 10 Enterprise:** construído sobre o Windows 10 Pro, o Windows 10 Enterprise é voltado para o mercado corporativo. Os alvos dessa edição são as empresas de médio e grande porte, e o Sistema apresenta capacidades que focam especialmente em tecnologias desenvolvidas no campo da segurança digital e produtividade.
- **Windows 10 Education:** construída a partir do Windows 10 Enterprise, essa edição foi desenvolvida para atender as necessidades do meio escolar.
- **Windows 10 Mobile:** o Windows 10 Mobile é voltado para os dispositivos de tela pequena cujo uso é centrado no touchscreen, como smartphones e tablets..
- **Windows 10 Mobile Enterprise:** também voltado para smartphones e pequenos tablets, o Windows 10 Mobile Enterprise tem como objetivo entregar a melhor experiência para os consumidores que usam esses dispositivos para trabalho.
- **Windows 10 IoT:** edição para dispositivos como caixas eletrônicos, terminais de autoatendimento, máquinas de atendimento para o varejo e robôs industriais – todas baseadas no Windows 10 Enterprise e Windows 10 Mobile Enterprise.
- **Windows 10 S:** edição otimizada em termos de segurança e desempenho, funcionando exclusivamente com aplicações da Loja Microsoft.
- **Windows 10 Pro – Workstation:** como o nome sugere, o Windows 10 Pro for Workstations é voltado principalmente para uso profissional mais avançado em máquinas poderosas com vários processadores e grande quantidade de RAM.

1 *https://estudioaulas.com.br/img/ArquivosCurso/materialDemo/SlideDemo-4147.pdf*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!